

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tem vindo a denunciar diversas vezes que os utentes do Serviço Nacional de Saúde se estão a confrontar com processos de racionamento de medicamentos. Recordem-se, por exemplo, as sucessivas dificuldades e entraves colocados ao acesso à lista de medicamentos do grupo de hospitais conhecido como G17, a interrupção e/ou a início tardio de tratamentos oncológicos nos Hospital de Braga, o racionamento da medicação disponibilizada aos doentes com esclerose múltipla ou artrite reumatoide.

A estas situações vem agora acrescentar-se uma outra que pela sua gravidade e generalização carece de intervenção e resolução prementes. As unidades de Lisboa, Porto e Coimbra do Instituto Português de Oncologia (IPO) estão a recusar concertadamente a prescrição de terapêuticas inovadoras contra o cancro, como seja a abiraterona ou a axitinib.

Não é possível nem aceitável que os doentes se vejam privados de aceder à medicação necessária para tratamento da sua doença por motivos economicistas; não é possível nem aceitável que doentes sejam tratados de forma distinta consoante as unidades hospitalares a que recorrem, não é possível nem aceitável que os doentes sejam colocados perante uma situação em que só poderão aceder aos tratamentos de que necessitam se tiverem condições económicas para os pagar.

O Bloco de Esquerda considera fundamental que o Governo intervenha com urgência de modo a garantir o regular funcionamento dos serviços hospitalares, assegurando equidade no acesso e garantindo que os utentes não se veem privados de aceder à medicação de que necessitam por motivos economicistas! Esta é uma situação grave que exige uma resposta cabal e urgente!

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento de que os IPO de Lisboa, Porto e Coimbra estão a recusar concertadamente a prescrição de terapêuticas inovadoras contra o cancro, designadamente abiraterona e axitinib?
2. Esta concertação para a não prescrição de terapêuticas inovadoras faz-se sentir relativamente a outros medicamentos? Quais?

3. Que medidas vai o Governo implementar para garantir o acesso dos doentes à medicação de que necessitam?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 5 de Agosto de 2013

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)